

Painel do evento Pré-COP30 - A Casa do Seguro destaca a necessidade de integração entre mercado, governo e bancos públicos para ampliar investimentos sustentáveis e reduzir vulnerabilidades urbanas



A necessidade de investimentos em infraestrutura resiliente às crises climáticas foi tratada transversalmente por especialistas durante o painel “Infraestrutura resiliente e proteção de investimentos”, realizado no seminário “Pré-COP30 - A Casa do Seguro”, em, Brasília, que discutiu como o mercado segurador pode fortalecer os projetos de infraestrutura e acelerar a transição para cidades mais adaptadas aos impactos climáticos.

A urgência de repensar as cidades brasileiras

Abrindo o painel, Esteves Colnago, diretor de Relações Institucionais da CNseg e moderador do debate, destacou o desafio histórico do país em investir em infraestrutura.

“O Brasil investe pouco em infraestrutura. O que investe não dá nem para recompor o que deprecia”, afirmou. Ele lembrou que as cidades brasileiras não foram pensadas para viver momentos de chuvas intensas e ventanias fortes, e defendeu a ampliação dos investimentos em infraestrutura e seguros como condição essencial para o desenvolvimento do País.

Um ciclo inédito de investimentos privados

Roberto Guimarães, diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, afirmou que isso está mudando e apresentou dados que revelam o maior ciclo de investimentos privados em infraestrutura da história do Brasil.

“Hoje, 80% de todo o investimento é privado. Nunca tivemos isso na história do país”, observou. Guimarães anunciou que o “Livro Azul da Infraestrutura 2025” deve apontar um volume de R\$ 280 bilhões em investimentos no próximo ano, com potencial de chegar a R\$ 300 bilhões em 2026.

“Temos bons projetos, temos funding e precisamos inserir o seguro nesse processo. Fazer seguro garantia é mais barato e eficaz do que fiança bancária”, enfatizou.

Ele também reforçou que o desafio é “o governo não atrapalhar”, referindo-se a possíveis mudanças tributárias que poderiam inibir investimentos. “Temos que inserir o seguro garantia nesse pujante ciclo de infraestrutura”, completou.

Cidades mais resilientes e projetos de qualidade

Representando o BNDES, Flavio Papelbaum, head de Soluções Imobiliárias e Regeneração Urbana, apresentou o programa BNDES Cidades Resilientes, que busca estruturar bons projetos municipais voltados à adaptação climática e ao uso de recursos do Fundo Clima. “Não ter funding é um problema, mas o problema preliminar é não ter bons projetos”, disse.

Papelbaum explicou que o banco está apoiando municípios na elaboração de estudos de vulnerabilidade e priorização de investimentos, com financiamento associado ao Fundo Clima.

“É preciso estruturar bons projetos para as cidades serem mais resilientes. E queremos levar esse modelo para além dos municípios, com soluções regionais e consorciadas”, acrescentou.

Ele destacou, ainda, o papel do seguro na habitação e na proteção de populações vulneráveis: “Quando há enchentes, isso incrementa o déficit habitacional. O seguro tem um papel importante e o mercado, junto com o poder público, pode ajudar substancialmente a proteger essas pessoas.”

A visão da indústria: cidades sustentáveis como desafio do século

Roberto Muniz, diretor de Relações Institucionais da CNI e ex-prefeito de Feira de Santana (BA), trouxe a perspectiva da indústria e da gestão pública.

“Quando a gente fala de resiliência, 80% da população nem sabe o que significa. Resiliência é conseguir fazer a cidade voltar a funcionar após qualquer evento climático”, afirmou. Muniz defendeu a simplificação da linguagem e o engajamento social para que o tema da infraestrutura resiliente chegue à população.

“A cidade é um problema porque consome 80% dos recursos da humanidade, mas também é a solução”, disse, destacando o potencial de inovação tecnológica em saneamento, energia e mobilidade.

Ele reforçou que a indústria é parceira estratégica do setor segurador e que “sem planejamento e estruturas resilientes, as consequências poderão ser muito danosas”.

Seguro garantia: pilar para obras públicas e retomadas

Fechando o painel, Roque de Holanda Melo, CEO da Junto Seguros, explicou o protagonismo do seguro garantia a partir da nova Lei de Licitações.

Segundo ele, esse instrumento é o único capaz de assegurar a retomada e conclusão da obra no menor prazo possível, sem a necessidade de outra licitação e sem a necessidade de aportes adicionais e esse sempre foi o sonho do estado. Roque ressaltou que o mercado segurador está preparado para esse novo cenário, mas o diálogo entre contratantes, órgãos públicos e seguradoras é fundamental para tornar o seguro garantia ainda mais efetivo. “Esse sempre foi o sonho do estado.”, declarou.

Integração e diálogo como caminhos

Encerrando o debate, Esteves Colnago destacou o papel do setor segurador como agente estratégico de desenvolvimento sustentável, destacando o alinhamento entre CNseg, governo, bancos públicos e setor privado.

O painel reforçou que, diante das mudanças climáticas e dos gargalos históricos de infraestrutura, o seguro não é apenas proteção, mas um instrumento de investimento, estabilidade e resiliência.

Fonte: CNseg, em 13.10.2025.